

Resumo Ampliado

O Capitalismo Global Pós-1980 e a Formatação Econômica da União Européia: Os fluxos de IED e a estabilidade política no Alargamento.

A preocupação central do trabalho é localizar o fenômeno da União Européia como projeto político inserido na lógica do capitalismo pós-1980, sobretudo atrelado à acentuação da globalização produtiva e a desregulamentação do sistema financeiro internacional. Compreender o posicionamento e a estruturação institucional das economias nacionais européias, num mundo não mais submetido à regulação de Bretton Woods, é um esforço necessário, porém, pouco explorado nas análises correntes sobre a natureza da integração construída naquele território.

O objetivo é observar de que maneira a desregulamentação dos fluxos de capitais e a difusão crescente de uma “*financeirização da política*”, no fim do século XX, norteou a idealização de mecanismos políticos comuns onde a atuação da concorrência não mais se viu limitada às fronteiras nacionais. Visto como uma necessidade histórica do capital, naquele momento a construção de um arcabouço de instituições atuantes (com práticas que iam do local ao internacional) reforçou o papel da dinâmica privada e permitiu uma maior articulação entre Estados com estruturas econômicas heterogêneas e diversificadas.

A lógica das relações Estado-mercado transita, pois, num jogo contínuo de arquitetura do poder, onde as nações centrais do continente reestruturaram uma dinâmica econômica supranacional através da cooptação de forças políticas da periferia continental: tanto aquela que “se perdeu” nos caminhos da segunda revolução industrial quanto aquela que se encontra à leste, recém incorporada ao mundo ocidental, as chamadas “*economias de transição*”. De maneira geral, o trabalho tem um duplo desafio. Primeiro o de analisar a economia política internacional em seus novos modelos contemporâneos, seguindo da necessidade de interpretar suas propostas como parte da trajetória do capitalismo em seu processo de reprodução e crise. Nesse mecanismo, os arranjos políticos sólidos e a construção da legitimidade são essenciais.

Uma importante evidência levantada no texto é o aumento e concentração dos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) nas relações econômicas dos países centrais, mesmo em crescimento no mundo emergente. Prática acentuada no mundo pós-1980, os fluxos de IED incentivaram uma nova reorganização da política global, com maior peso nas grandes economias de escala. Foi primordial uma orientação dos Estados rumo ao aproveitamento de um mercado de capitais alternativo (e em ascensão), que se acreditava mais eficiente e seguro por estar pautado no discurso da *informação* como elemento decisivo no processo de investimento produtivo.

O que se viu foi a intensificação da concorrência e a supremacia dos agentes privados como principais financiadores do desenvolvimento global, algo que relativizou o papel do Estado-nacional e permitiu a sua subserviência aos novos ditames da globalização em suas propostas mais gerais. Por perderem autonomia, os Estados e seus novos arranjos institucionais, agora num cenário mais amplo, retomam algumas restrições de caráter *Westfaliano* que estão em constante ameaça pela dinâmica do mercado.

Apresentar como se deu essa “distribuição” do IED torna-se essencial, uma vez que o caráter da literatura neoliberal dos anos 1990 reorientou esse novo comportamento dos agentes econômicos nacionais mundo afora. O novo instrumento foi compreendido, erroneamente, como uma solução para o controle da balança de

pagamentos nos diversos países, que reduziu drasticamente os seus gastos em proteção social. Além disso, expandiu a política de privatizações através do discurso da eficiência produtiva do mercado: o que fez crescer o desemprego estrutural e a economia informal “de norte a sul”.

Com o aumento das desigualdades socioeconômicas nacionais, a política internacional da então Comunidade Europeia pós-1980 estabeleceu uma série de estratégias institucionais necessárias. Eles tiveram a função de assegurar a participação dos países periféricos do continente no “grande projeto” que seria finalizado no Tratado de Maastricht, em 1992. Inseridos no que se chamou de “Política de Coesão econômica e Social”, o papel dos Fundos Estruturais foi mais que estratégico. Eles não só foram importantes no investimento infra-estrutural nos países marginais do bloco como também no fomento das relações políticas transnacionais pautadas na barganha público-privada, entre atores econômicos nacionais e estrangeiros.

Tal princípio sustenta até hoje a lógica de entrada dos novos membros no processo, que levou a União Europeia aos 27 Estados Membros na primeira década dos anos 2000. Sem dúvida esse não parece ser, nem de longe, o mesmo projeto político idealizado pelas lideranças do pós-guerra, preocupadas com a construção do “espírito europeu”. A identidade comum ainda é um fator que não possibilitou a expressão total do mercado em sua ilusória dinâmica de auto-regulação da sociedade.

A viabilidade econômica de mercado, presente na prática do alargamento, choca-se com a assimetria de poder político-decisório existente entre seus Estados-membros, e é dramatizada pela amplitude da desigualdade social observada no continente. E é um perigo em potencial deixar que o mercado guie um projeto de integração tão amplo e complexo como o Europeu, principalmente num quadro pós-2008. A crise financeira assolou a capacidade privada das grandes corporações de financiar investimentos produtivos e “segurar as rédeas” daqueles já efetivados no passado.

O texto, de maneira conclusiva, apresenta o fator de que a política de Coesão Econômica e Social da União Europeia serviu de contrapeso na “balança” da estabilidade política do bloco, que pela abrangência de seus Estados-membros, poderia instaurar uma séria fissura no projeto de alargamento recém iniciado. A capacidade pública comunitária de sustentar parte dos investimentos produtivos aos países periféricos e articular, numa densa rede de relacionamentos e práticas administrativas e decisórias, uma diversidade de instituições inter-setoriais, do local ao internacional, mostrou ser o grande legado da União Européia para o século XXI, mesmo sendo ela afetada pelas mazelas da substituição do social pelo financeiro.

A União Européia tem em sua Política Regional um importante instrumento para assegurar a permanência dos investimentos reais nas economias às margens do continente, sendo vital para a continuidade de uma mínima estabilidade política, de forma que não comprometa os futuros avanços do projeto de integração regional. Esperamos, portanto, observar os novos desdobramentos que a atual crise impõe no prosseguimento do bloco, até porque se a União Européia fosse meramente um projeto de mercado, a atual conjuntura já teria nos mostrado suas inconsistências sob a forma “amarga” de uma profunda instabilidade política: algo que até o momento não se confirmou, e que poderia tornar da complexa união um simples rompimento, se não fosse o amparo contínuo das políticas macro-regionais sob a forma diversa de recursos econômicos e institucionais existentes.